



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 19 Nº 06
Junho de 2010

Conjuntura FEE

O retorno do déficit na conta corrente

Além da perda de vigor das exportações, resultado da crise mundial aliada à valorização cambial, vários fatores vêm contribuindo para o déficit em transações correntes (DTC), que vem sendo registrado no Brasil desde 2008. Dentre outros, podem ser citados o crescimento acelerado das importações, o maior gasto dos brasileiros com viagens ao exterior, o aumento das remessas de lucros e dividendos pelas empresas multinacionais com sede no País e os maiores gastos com transporte (fretes e passagens), todos esses decorrentes da retomada de ritmo da economia do País e do dólar barato. Mesmo as transferências unilaterais — alimentadas, em grande parte, por remessas de brasileiros residentes fora do País e que anteriormente contribuíam de forma mais significativa para compensar o rombo crônico na conta de serviços e rendas — diminuíram após a deflagração da crise mundial de 2008.

Como o DTC estimado para este ano é de US\$ 49 bilhões e levando-se em conta que o Banco Central prevê, para 2010, uma entrada líquida de investimento externo direto (IED) no valor de US\$ 45 bilhões, para cobrir o rombo, haveria necessidade de US\$ 4 bilhões, os quais teriam de ser cobertos de alguma outra forma, tal como: investimentos em carteira (ações e renda fixa), que são recursos destinados ao mercado de capitais; empréstimos do setor financeiro externo para empresas brasileiras; ou uso das reservas internacionais do País, que, em abril de 2010, giravam em torno dos US\$ 244 bilhões.

Essa guinada no saldo da conta corrente, que, de 2003 a 2007, registrou superávits, ganha importância, quando se leva em conta a fonte de recursos para o seu financiamento: se oriundos da balança comercial ou da conta de capital e financeira. Isto porque os dólares

obtidos com exportações não implicam compromissos de gastos futuros, enquanto aqueles oriundos de empréstimos ou de investimentos no País podem acarretar posteriores pagamentos, como juros ou remessa de lucros e dividendos, e, quando derivam de empréstimos em moeda, estes ainda terão de ser amortizados futuramente. Além disso, em sua maioria, os investimentos em carteira são altamente voláteis e, assim como aportam em quantidade, podem evadir-se rapidamente. E os IEDs, tidos como a melhor opção no momento, praticamente se igualaram às remessas de lucros e dividendos em 2009, pois a captação líquida do Brasil em investimento direto foi de US\$ 25,9 bilhões, e a remessa líquida de lucros e dividendos alcançou US\$ 25,2 bilhões. Ou seja, quase toda a entrada de investimento direto naquele ano serviu apenas para cobrir as remessas de lucros e dividendos.

Com relação às reservas cambiais — embora essas sejam consideradas de extrema importância para a superação da vulnerabilidade externa e atualmente estejam em um nível confortável —, no caso de crises prolongadas, seu volume pode ser insuficiente para enfrentar um período mais longo de dificuldades nas contas externas, bastando, para isso, uma debandada dos capitais de curto prazo, aliada a uma interrupção no crédito externo, tanto para empréstimos em moeda quanto para aquisição de bens importados.

Assim, o financiamento do DTC via conta de capital e financeira — especialmente via investimentos em carteira —, ou através da utilização das reservas cambiais, pode vir a significar, em um prazo mais longo, um aumento da vulnerabilidade externa do País, visto serem essas modalidades mais suscetíveis a mudanças bruscas na ordem econômica.

Saldo de transações correntes e necessidade de financiamento externo — 2003/10

DISCRIMINAÇÃO	SALDO EM CONTA CORRENTE		IED		NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO	
	Valor em 12 Meses (US\$ milhões)	% do PIB	Valor em 12 Meses (US\$ milhões)	% do PIB	Valor em 12 Meses (US\$ milhões)	% do PIB
Dez./03	4 177	0,75	10 144	1,83	-14 321	-2,59
Dez./04	11 679	1,76	18 146	2,73	-29 825	-4,49
Dez./05	13 985	1,58	15 066	1,71	-29 051	-3,29
Dez./06	13 643	1,27	18 822	1,76	-32 465	-3,03
Dez./07	1 551	0,11	34 585	2,53	-36 136	-2,64
Dez./08	-28 192	-1,72	45 058	2,75	-16 866	-1,03
Dez./09	-24 302	-1,54	25 949	1,65	-1 646	-0,10
Jan./10	-25 362	-1,55	24 808	1,52	555	0,03
Fev./10	-28 001	-1,66	25 689	1,52	2 312	0,14
Mar./10	-31 509	-1,79	26 263	1,50	5 247	0,30

FONTE: Banco Central do Brasil.

A estabilidade da oferta de leitos do SUS no RS e no Brasil

O Sistema Único de Saúde (SUS) começou a funcionar em 1988. Em 2003, cerca de 90% da população brasileira era usuária de algum serviço do SUS, pois o sistema público atendia a outras modalidades (plano de saúde e pagamento direto). Em 2008, 80% da população utilizava o SUS de forma exclusiva.

O número de leitos (conveniados ou contratados) para a internação hospitalar do SUS permaneceu estável no RS, entre 2006 e 2009, tendo atingido, neste último ano, 21.547 leitos. A participação do SUS nos leitos totais, em torno de 70%, foi estável no período. A variação dos leitos do SUS, no quadriênio 2006-09, foi de apenas 2,4%, enquanto a dos leitos não SUS caiu 0,3%.

No Brasil, o total de leitos reduziu-se, entre 2006 e 2009, em 4.230 leitos, atingindo 468.852 em 2009. A quantidade de leitos do SUS acompanhou essa tendência de decréscimo, pois, em igual período, ocorreu uma perda de 15.419 leitos. A diminuição dos leitos do SUS, entre 2006 e 2009, foi de 4,3%, enquanto os leitos não SUS cresceram quase 10% em igual período.

As dificuldades da população para conseguir um leito e as constantes denúncias de superlotação dos hospitais apontam o muito que ainda deve ser realizado para que o SUS possibilite o acesso universal, igualitário e integral à saúde no País.

Número total de leitos de internação hospitalar, leitos do SUS e leitos não SUS no RS e no Brasil — 2006-09

ANOS	RS			BRASIL		
	Total	Leitos do SUS	Leitos Não SUS	Total	Leitos do SUS	Leitos Não SUS
2006	30 121	21 038	9 083	473 082	359 089	113 993
2007	30 339	21 222	9 117	464 046	347 485	116 561
2008	30 769	21 551	9 218	467 135	346 850	120 285
2009	30 600	21 547	9 053	468 852	343 670	125 182

FONTE: Ministério da Saúde.

Salvatore Santagada (FEE/CIE)

Distribuição de mulheres e não brancos ocupados na RMPA

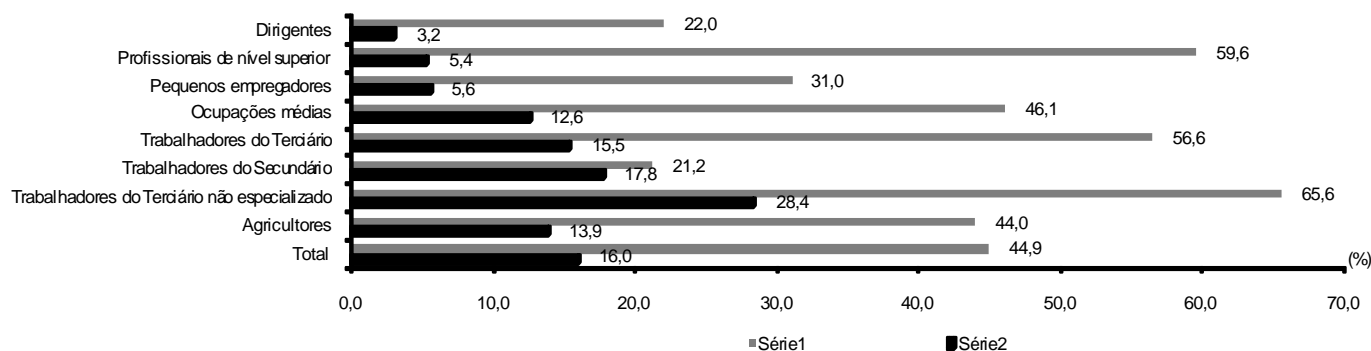
A média da população ocupada da RMPA, segundo os critérios de sexo e raça/cor, em 2001-08, é formada, sobretudo, por homens e brancos. Mas essa média encobre particularidades só apreendidas com os dados desagregados.

Valendo-se de uma hierarquia social (gráfico), vê-se que a maior fatia dos ocupados do sexo feminino se encontra entre os trabalhadores do Terciário não especializado, os profissionais de nível superior e os trabalhadores do Terciário. E, no contexto dessas categorias, as mulheres destacam-se como empregadas domésticas, como trabalhadoras da saúde e educação de nível médio e como professoras de nível superior. A população não branca tem presença

expressiva em atividades do Terciário não especializado (domésticos, ambulantes e biscateiros e prestadores de serviços não especializados).

Apesar de a inserção das mulheres ainda prevalecer em atividades de baixa qualificação, elas também ocupam postos de trabalho em atividades que requerem alta especialização. Já os não brancos são praticamente ausentes em atividades do topo da hierarquia social, correspondendo a menos de 6% dos ocupados nessas categorias. Ou seja, a condição de raça/cor, mais do que a de sexo, expõe a situações de maior discriminação no mundo do trabalho, visto que as atividades de maior qualificação social são ocupadas, predominantemente, pela população branca.

Perfil demográfico médio da população ocupada, segundo a hierarquia socioocupacional, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2001-08



Rosetta Mammarella (FEE/CEES)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

NOTA: 1. Dados organizados pelo Observatório das Metrópoles — INCT/CNPq (arquivos digitais).

2. A série 1 corresponde à população do sexo feminino; e a série 2, à população não branca.

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-abr./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-2,0	131 320
Mai./08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,8	2,6	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,5	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,7	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	110,0	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,5	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,8	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	114,4	0,5	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	71,7	12,9	111,2	-2,8	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	69,2	9,7	110,1	-1,0	132 422
Mai./09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,9	7,7	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,1	7,2	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,2	8,6	113,4	1,1	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,0	5,8	110,5	-2,6	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	61,4	-3,2	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,2	-16,1	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	59,5	-15,1	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,2	-	6,8	4,3	8,75	60,3	-19,0	145,0	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	61,1	-16,4	117,3	-19,1	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	61,6	-15,3	116,2	-0,9	161 879
Mar./10	-	-	7,6	5,2	8,75	59,9	-16,5	114,6	-1,4	158 721
Abr./10	-	-	-	5,3	9,50	-	-	-	-	-

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,94	2,54	-1,60	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,54	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-0,97	2,56	-1,59	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,52	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,17	2,01	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,51	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,18	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,4	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,7	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,64	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,32	2,76	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,41	2,88	-1,47	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,6	-1,28	2,83	-1,55	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,71	-1,46	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,22	2,51	-1,28	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,88	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,3	-1,18	2,16	-0,98	221 629	281 842
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,28	1,97	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,3	-1,54	1,65	-0,10	238 520	277 565
Jan./10	-2,32	41,6	113,77	-5,0	-2,4	82,1	-20,5	-24,7	-1,55	1,52	0,03	240 484	279 083
Fev./10	-2,21	42,1	112,27	-2,6	-0,9	83,1	-17,8	-20,5	-1,65	1,52	0,14	241 082	281 728
Mar./10	-1,94	42,4	132,99	-0,3	14,2	83,5	-15,4	-16,7	-1,79	1,49	0,30	243 762	286 057
Abr./10	-	-	-	-	-	84,5	-13,2	-11,6	-1,99	1,38	0,61	247 292	290 690

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 06

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./07-abr./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Dez./07	5,7	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,18	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,05	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,92	107,60	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,71	104,40	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	5,1	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,9	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	6,0	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	98,33	120,50	120,50	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-
Fev./10	-	93,97	111,64	116,00	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	-
Mar./10	-	118,61	116,40	116,15	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	-
Abr./10	-	-	-	-	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — dez./07-abr./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 227	1 230	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 189	1 187	467 639	1 914 097	1 151 275
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 161	1 156	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 143	1 156	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 174	1 185	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 207	1 226	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 230	1 245	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 233	1 252	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 243	1 249	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 248	1 252	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 249	1 248	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 241	1 248	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 223	1 219	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 234	1 217	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 256	1 241	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 265	1 264	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 247	1 261	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 226	1 239	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 251	1 240	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 265	1 258	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 274	1 252	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 260	1 257	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 288	1 276	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 262	1 258	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 275	1 280	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 248	1 244	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 282	1 266	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 290	1 262	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	-	-	-	-	1 352 478

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de mar./10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

O emprego formal em uma trajetória ascendente

Na esteira da retomada do crescimento econômico, o desempenho do mercado de trabalho formal no primeiro quadrimestre de 2010 aponta para além de uma trajetória de recomposição, que já fora vislumbrada no primeiro quadrimestre de 2009, quando o País começou a reagir, recuperando 48.454 das centenas de milhares de vagas com carteira eliminadas no auge da crise econômica internacional (nov./08-jan./09). A geração recorde de postos de trabalho em jan.-abr./10 (962.327 no Brasil e 87.278 no RS) e considerando apenas o mês de abril (305.068 no Brasil e 20.429 no RS) — sendo que, no caso do Brasil, esse mês foi o segundo melhor de todos os tempos na série histórica do Caged, iniciada em 1992 (o recorde mensal é de junho de 2008) — sugere que esteja em curso um movimento, senão sustentado, mais duradouro de crescimento. Ademais, observa-se que o desempenho do emprego formal nos últimos meses tem sido marcado por recordes sucessivos.

O RS destacou-se no quadrimestre em análise, com o terceiro maior saldo líquido entre admitidos e desligados no Brasil e com o melhor resultado na Região Sul. No Estado, a indústria de transformação foi o setor que gerou o maior número de postos (44.981), seguida pelos setores de serviços (20.389) e construção civil (9.126). Em termos de crescimento relativo, no entanto, a construção civil disparou, com 8,5% frente ao estoque de dezembro de 2009, seguida pela indústria de transformação, com 6,7%. Comparando-se com o desempenho do Brasil — onde o emprego formal cresceu 2,9% (no Estado, cresceu 4%); a construção civil, 7,3%; e a indústria de transformação, 3,9% no acumulado de 2010 —, percebe-se que o emprego formal no RS, no período considerado, apresentou maior dinamismo.

Evolução do emprego formal, em setores de atividade selecionados, no RS e no Brasil — 1º quadrimestre de 2010

DISCRIMINAÇÃO	RS		BRASIL	
	Saldo (1)	Variação %	Saldo (1)	Variação %
Indústria de transformação	44 981	6,7	287 443	3,9
Construção civil	9 126	8,5	166 112	7,3
Comércio	7 988	1,6	74 039	1,0
Serviços	20 389	2,6	346 474	2,6
Total	87 278	4,0	962 327	2,9

FONTE: Caged-MTE.

(1) Número de admitidos menos desligados.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/CEES)

A retomada da produção da indústria gaúcha em 2010

Seguindo a mesma trajetória de recuperação da indústria brasileira, o parque industrial gaúcho apresentou um crescimento de 16,1% na produção física, no primeiro trimestre de 2010, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento, no entanto, não se tem distribuído uniformemente entre as atividades industriais. Assim, verifica-se que a indústria pesada, cujos setores foram mais prejudicados pela crise econômica em 2009, tem apresentado as mais elevadas taxas de crescimento. Por outro lado, outros ramos mais tradicionais da indústria gaúcha, como os de calçados e fumo, ainda não conseguiram recuperar-se dos efeitos da crise. A única exceção a esse comportamento é a indústria do mobiliário, que não só conseguiu recuperar-se, como apresenta um patamar de produção bem acima daquele pré-crise.

Convém destacar-se, no entanto, que as taxas elevadas de crescimento referem-se a uma base extremamente baixa de comparação, que foi o primeiro trimestre de 2009. De fato, quando se compara a produção atual com a do primeiro trimestre de 2008, período pré-crise, verifica-se que o nível de produção da indústria de transformação gaúcha ainda está 3,4% inferior ao daquele período, enquanto o da sua similar nacional está 0,9% acima.

Uma vez que essa assimetria no crescimento setorial também pode ser verificada na indústria nacional, deve-se ter cautela, ao afirmar que a economia brasileira está passando por um processo de superaquecimento, uma vez que, até o momento, em grande parte das atividades industriais, ainda não se retomaram os patamares de produção que já existiam no início de 2008.

Taxas de crescimento da produção física da indústria do RS — 2008/10

ATIVIDADES	2009 2008	JAN-MAR/10 JAN-MAR/09	JAN-MAR/10 JAN-MAR/08
Indústria de transformação	-7,2	16,1	-3,4
Alimentos	-5,4	0,2	-8,0
Bebidas	5,8	2,0	7,2
Fumo	-1,8	-9,6	-27,7
Calçados	-20,0	5,3	-22,5
Celulose e produtos de papel	6,3	18,0	17,8
Edição	-11,1	-8,8	-6,7
Refino de petróleo	18,9	-3,0	6,1
Outros químicos	6,3	35,9	1,7
Borracha e plástico	-16,0	17,7	-8,7
Metalurgia básica	-18,5	76,4	-3,0
Produtos de metal	-16,0	26,1	-3,0
Máquinas e equipamentos	-28,2	33,0	-5,7
Veículos automotores	-15,9	44,4	1,8
Mobiliário	4,5	73,2	34,5

FONTE: IBGE.

André Luis Contri (FEE/CEES)

Exportações industriais do RS: setores que ganharam e setores que perderam

As exportações industriais do Rio Grande do Sul alcançaram US\$ 11,9 bilhões em 2009, e, mesmo sendo um ano crítico, esse valor representou um crescimento de 169,6% em relação aos US\$ 7,0 bilhões exportados em 2003. Nesse período, a participação média das vendas da indústria nas exportações totais do Estado foi de 88,1%. Em 2009, com a crise que atingiu fortemente o setor industrial, caiu para 77,9%, mas deve recuperar-se já em 2010. Embora o período de 2003 a 2009 não seja muito longo, os dados mostram mudanças importantes ocorridas com a estrutura setorial das exportações da indústria de transformação do RS, reflexo de ajustes produtivos locais e de alterações ocorridas na demanda internacional.

O setor de **couros e calçados** passou pela maior mudança. Em 2003, era o mais importante setor exportador, representando 22,9% das vendas industriais. Sete anos depois, os preços em dólar dos produtos haviam crescido, mas a queda no volume embarcado foi de tal magnitude que a participação do setor caiu para 9,9%, resultado de um processo contínuo de perda de dinamismo ao longo do período.

Por outro lado, o setor de **alimentos e bebidas**, que era o segundo maior em 2003, com participação de 21,1%, passou a ocupar o primeiro lugar já em 2004, mesmo que sua parcela se tenha mantido praticamente estável até 2005. A partir de então, cresceu ininterruptamente até alcançar 28,6% em 2009. Em torno de 90,0% do setor é composto pelos subsetores ligados à fabricação de carnes

e à de óleo de soja. As exportações do primeiro cresceram fortemente no período, influenciadas pela alta dos preços do produto no mercado internacional, a partir de 2003, e pela elevação do volume exportado, principalmente para a Rússia (carne suína) e para a Arábia Saudita (carne de frango). A evolução favorável dos preços também foi positiva para as vendas do subsetor de óleo de soja, que encontrou na China uma demanda crescente.

O outro setor que ganhou participação foi o de **derivados de petróleo**, que passou de 0,1% em 2003 para 5,5% em 2009. Entre os sete setores analisados, foi o que apresentou os maiores aumentos relativos, tanto de volume quanto de preços. As cotações do petróleo elevaram-se firmemente a partir de 2002, somente tendo retração na metade de 2008, já sob a influência da crise internacional. A Argentina tornou-se o mercado preferencial desse setor, seguida pelo Paraguai.

As participações dos quatro setores restantes oscilaram dentro de uma média bem estabelecida. O crescimento do setor do **fumo** em 2009 teve mais a ver com a queda dos outros setores, mais afetados pela crise, do que propriamente com uma elevação de patamar de suas exportações. Esse setor apresentou queda de volume e aumento de preços durante o período. O químico teve pequena elevação do volume e expansão mais forte dos preços. E as exportações ligadas aos setores de **máquinas e equipamentos** e de **veículos automotores** cresceram em preço, mas caíram em volume.

Estrutura das exportações industriais, por setores da CNAE, do RS — 2003-09

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alimentos e bebidas	21,1	21,1	20,6	23,9	24,6	28,4	28,6
Fumo	13,6	13,9	14,2	11,4	12,7	12,0	17,6
Químico	10,9	10,6	12,7	13,2	12,9	11,4	12,1
Couros e calçados	22,9	20,2	18,0	17,3	14,2	10,9	9,9
Máquinas e equipamentos	9,2	11,2	11,2	9,2	10,2	10,4	8,8
Derivados de petróleo	0,1	0,3	1,1	2,4	4,3	3,4	5,5
Veículos automotores	7,2	7,0	6,9	6,7	6,9	6,0	4,4
Outros	15,0	15,7	15,3	15,9	14,2	17,5	13,1

FONTE: MDIC.
FEE.

Martinho Lazzari (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 27.05.10).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.